



Voto Saudação

25 de Novembro de 1975

A alteração do regime político que se verificou a 25 de abril de 1974, foi consequência de um Golpe de Estado protagonizado por alguns militares do quadro que estavam descontentes com o desenrolar da guerra colonial e foi posteriormente apoiado pela população.

Após esta data e durante um largo período do ano de 1974, o país atravessou muitíssimas dificuldades, elevada agitação social, instabilidade económica e ainda atropelos de toda a ordem, nomeadamente em termos de segurança individual porque grassava a anarquia e a legalidade foi por diversas vezes quebrada.

Tudo ou quase tudo era posto em causa principalmente a intervenção militar que se iniciou em 1961 para defesa da integridade territorial das nossas Províncias Ultramarinas que, de acordo com a Constituição de 1933, era território indivisível de Portugal. Os militares revoltosos pretendiam acabar com a mesma o mais rapidamente possível - *“Nem mais um soldado para as colónias”* - dizia-se na altura.

Paralelamente, a partir de Agosto de 1974, milhares de concidadãos portugueses começaram a chegar a Portugal Continental vindos das colónias com receio do que pudesse vir acontecer nomeadamente com a mais do que previsível independência das Províncias Ultramarinas.

Pese embora todas estas convulsões, os resultados da primeira eleição livre para a Assembleia Constituinte em 25 de Abril de 1975, foi uma enorme decepção para todos os partidos radicais de esquerda (marxistas leninistas, maoistas, trotskistas) que no seu conjunto obtiveram pouco mais de 17% dos votos dos eleitores. A maioria dos eleitores, cerca de 77%, votou nos outros partidos, considerados mais moderados.

O radicalismo desta esquerda derrotada, a partir desse momento, acentuou-se de tal forma que se começaram a ouvir pelo País ameaças de morte, instigando-se a combater os *“inimigos da Revolução”* mesmo todos aqueles que não sendo contra, também não eram a favor.

O Partido Comunista Português, sustentado pelos seus militares enfileirados que pertenciam ao Movimento das Forças Armadas (MFA), tudo fez para impor no país, um regime ditatorial.

Esta situação foi tão grave que o comandante do Comando Operacional do Continente (COPCON) Major Otelo Saraiva de Carvalho assinou, em branco, milhares de mandados de captura. Foi o livre arbítrio das prisões.

Este mesmo Major, uns anos mais tarde foi preso e condenado a uma pena de prisão no Processo FP25 – por ser o mandante de uma organização criminosa e terrorista.

O “*poder popular*” estava na rua.

O MFA, num documento que instruía as instituições militares a atuarem, quis e conseguiu assumir-se como organização política, reservando-se o direito de promover a “catequização” política da população por todo o País.

Os partidos políticos moderados da altura, como o PS de Mário Soares repudiaram sem reservas o documento, no que foi acompanhado pelo PPD e pelo CDS.

Na sequência do caos que se tinha instalado no país para que não fosse aprovada na Assembleia da República a nova Constituição, houve uma tentativa de tomar o poder pelas armas, nomeadamente pelo Partido Comunista Português, que na altura, conjuntamente com operários da Construção Civil, sequestraram o 1º Ministro Pinheiro de Azevedo e os deputados na Assembleia da República.

A 25 de Novembro de 1975, surge nova tentativa de Golpe de Estado protagonizado mais uma vez pelos partidos de extrema esquerda, nomeadamente o Partido da União Democrática Popular, o Movimento Democrático Português e o Partido Revolucionário do Proletariado / Brigadas Revolucionárias, uma organização considerada terrorista, mas sobretudo coordenado pelo Partido Comunista que tinha um grupo organizado nas forças armadas e junto dos militares de baixa patente apelidada de SUV (soldados unidos vencerão) que suscitou a reação do então presidente da República Costa Gomes que decretou o Estado de Sítio na Região Militar de Lisboa.

Surgiu então uma contraofensiva conduzida pelo então Coronel Ramalho Eanes, que inclusive montou um posto de comando dentro da unidade de comandos da Amadora e liderou toda a operação.

Verificaram-se algumas escaramuças graves, chegou-se mesmo ao confronto directo, sendo que, em frente ao Regimento de Cavalaria 7 em Lisboa, a Polícia Militar do lado dos *sublevados* matou dois militares Comandos.

Apesar deste acto vergonhoso, a determinação e coragem do Regimento de Comandos da Amadora, que estava sobre o comando do Coronel Jaime Neves, “*impediram mais uma tentativa de golpe da facção radical das Forças Armadas e que resultou também no fim do Processo Revolucionário em Curso (PREC)*”.

Hoje e sempre devemos a estes homens, firmes, corajosos e patriotas a nossa precária democracia.

- Neste sentido e na sequência da presente proposta dos eleitos do partido CHEGA, a Assembleia freguesia de Alvalade, reunida a 23 de Novembro de 2023, delibera:

1 - Saudar o 25 de Novembro de 1975, como data que constitui um símbolo da liberdade e da democracia, que garantiu a opção pelo percurso democrático de Portugal, salvando o nosso País de uma ditadura de extrema-esquerda;

2 - Enviar o presente Voto de Saudação ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, respetivos vereadores, às Assembleias de Freguesias do Concelho de Lisboa, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação de Comandos e ao Regimento de Comandos.

23 de Novembro de 2023

O Eleito do Chega à Assembleia de Freguesia de Alvalade

José Augusto Vaz